

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

SEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ATUAÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE NO MUNICÍPIO DE MATINHOS:

um olhar aos assistidos do sistema penal do litoral paranaense

STEPHANIE CAROLINE ALVES¹

LAYLIENE KAWANE DE SOUZA DIAS²

ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a parceria do Conselho da Comunidade da comarca de Matinhos-PR junto ao Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal da Universidade Federal do Paraná (UFPR), bem como suas ações junto aos usuários privados de liberdade ou em cumprimento de pena no município. Para tanto, busca-se apontar o perfil da população privada de liberdade no estado do Paraná, bem como as características sociais e econômicas do município de Matinhos, a fim de compor um quadro geral a respeito dos indivíduos assistidos pelo Conselho e o desenvolvimento de atividades laborais e educacionais pelos mesmos. Destaca-se, por fim, que o processo de ressocialização destes sujeitos junto à sociedade ainda ocorre permeado de estigmas e preconceitos. Tarefa desafiadora que nos comprometemos a enfrentar por meio das ações desenvolvidas pelo órgão e programa de extensão.

Palavras-chave: Sistema Penal; Direitos humanos; Conselho da Comunidade.

ABSTRACT

This article aims to present the partnership of the Community Council of the region of Matinhos-PR with the Community Council Extension Program in the Penal Execution Policy of the Federal University of Paraná (UFPR), as well as its actions with private users of freedom or serving a sentence in the municipality. To this end, we seek to point out the profile of the population deprived of liberty in the state of Paraná, as well as the social and economic characteristics of the municipality of Matinhos, in order to compose a general picture regarding the individuals assisted by the Council and the development of activities work and education for them. Finally, it is highlighted that

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR); Graduada em Serviço Social; alvesstephanie96@gmail.com

² Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela UFJF; laylienedms@gmail.com

³ Universidade Federal do Paraná (UFPR); Doutora em Serviço Social e docente da graduação em Serviço Social na UFPR; adrilucinda@gmail.com

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

SEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

the process of resocialization of these subjects within society is still permeated by stigmas and prejudices. A challenging task that we are committed to tackling through the actions developed by the body and outreach program.

Keywords: Penal System; Human rights; Community Council.

1 INTRODUÇÃO

Segundo informações obtidas através do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), o qual apresenta dados estatísticos do sistema penitenciário brasileiro, no primeiro semestre de 2022 - que corresponde ao período de janeiro a junho do referido ano - o total de pessoas presas em celas físicas¹ no Brasil, atingiu o número de 661.915. Destas, 95,6% são do gênero masculino e 4,4% feminino, cabe apontar que o Brasil é o terceiro país no mundo que mais encarceram mulheres, segundo dados do World Female Imprisonment List (2022). A respeito da raça 67,81% se autodeclaram negras (pessoas pretas e pardas) e 31,02% brancas.

Dados estes que são reflexo do racismo estrutural e institucional que permeia nossa sociedade, tendo como um dos resultados o encarceramento massivo de pessoas negras, sobretudo jovens negras das periferias de grandes metrópoles. Fato este advindo do próprio processo de formação sócio histórica de nosso país, marcado pela escravização dos povos pretos e extermínio dos povos originários do Brasil. População está que mesmo após a abolição do país, foi colocada à margem da sociedade, sem direitos a terras, trabalho ou educação. Um passado recente, que até hoje deixa marcas profundas em nossa sociedade.

No Estado do Paraná contamos com cerca de 11.527.484 habitantes (estimativa para o ano de 2021, segundo IBGE), desta população temos 32.700 pessoas privadas de liberdade, dispostas e divididas da seguinte forma: 22.825 em regime fechado; 1.106 semiaberto; 1.075 aberto; 7.455 provisório e 239 em medida de segurança. A respeito do perfil dessa população verifica-se que 4,98% são mulheres e 95,02% são homens. Já em relação à cor/raça dessa população 52,07%

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

se autodeclararam brancas, 46,73% negras e 0,57% outras raças (SISDEPEN, 2022), dado que difere-se das estatísticas nacionais quanto a raça. No entanto, cabe ressaltar que segundo dados do IBGE em 2018 apenas 34% da população paranaense se identificaram como negras.

O SISDEPEN possibilitou ainda obter métricas sobre as atividades laborais e educacionais, as quais mostraram uma grande adesão dentro do recorte do Estado do Paraná, apresentado neste artigo. Logo, 13.629 das pessoas presas estavam envolvidas em atividades laborais e 18.756 em atividades educacionais e desse total, 3.174 pessoas estavam envolvidas em atividades laborais e educacionais de maneira simultânea.

Diante desta apresentação inicial referente ao perfil da população privada de liberdade no Brasil e no estado do Paraná, cabe apresentar o Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos, que trata de atividades laborais e educacionais para com estes indivíduos. Localizado na região litorânea do Paraná, o órgão tem parceria com o Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e apresentam-se como fortes atores no que diz respeito ao trabalho para a retomada do indivíduo à sociedade e o combate à reincidência criminal.

O Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos tem buscado constituir-se como um espaço de apoio e de enfrentamento à reincidência no sistema penal. As dificuldades são inúmeras, mas identifica-se também resultados e mudanças advindas das pessoas acompanhadas ao relatarem que estão trabalhando e/ou restabelecendo suas relações familiares, que possuem planos e projetos para a vida em liberdade. Contudo, acredita-se que o resgate da capacidade teleológica seja o início efetivo da retomada da vida após o cumprimento de pena.

Desta forma, o presente artigo visa apresentar as atividades desenvolvidas entre os anos de 2018 a 2023, pelo Programa Conselho da Comunidade, bem como seus resultados e o perfil das pessoas assistidas. Para isto, fez-se necessário a busca por dados a respeito da população residente no município de Matinhos, através de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

65 ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

plataformas federais e estaduais, como é o caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

2 O CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE MATINHOS

O Conselho da Comunidade, órgão da execução penal, é uma associação civil sem fins lucrativos que, de acordo com a Lei nº 7.2010 de 1984, tem por finalidade dar assistência às pessoas em cumprimento de pena, bem como planejar, acompanhar e executar projetos de ação comunitária ligados à prevenção da delinquência e também organizar, administrar e fiscalizar a prestação de serviços à comunidade pelos sentenciados nesta comarca (BRASIL, 1984).

Segundo o Ministério da Justiça (2008) é função do Conselho da Comunidade:

- Representação e intermediação da comunidade: solicitação de recursos; representação nos fóruns e organizações locais e regionais; e elaboração e/ou proposição de políticas integradas de atendimento aos presos, internos e egressos.
- Educativa: participação e divulgação na mídia; participação em fóruns, seminários locais e regionais; e participação na formação de profissionais nas áreas de atuação de interesse do sistema prisional e em atividades junto aos reeducandos.
- Consultiva: elaboração de pareceres sobre aplicação de verbas; elaboração de pareceres sobre a situação geral do presídio e dos sentenciados; e proposição de medidas a serem tomadas pelos órgãos públicos.
- Assistencial: atendimento a famílias, presos internos e egressos, em situações emergenciais.
- Auxílio material à unidade prisional: aquisição de equipamentos; participação em reformas.
- Fiscalizadora: avaliação e monitoramento do cumprimento de direitos, da aplicação de verbas e do exercício da função das diferentes instituições públicas envolvidas na execução penal (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008).

A Lei de Execução Penal (1984) em seu art. 81 designa ao Conselho da Comunidade a responsabilidade de:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

I - visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca; II - entrevistar presos; III - apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário; IV - diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento (LEI Nº 7.210, 1984).

Além disso, para aqueles que encontram-se em regime aberto e semiaberto, cabe ao Conselho “I - fazer observar o cumprimento das condições especificadas na sentença concessiva do benefício; II - proteger o beneficiário, orientando-o na execução de suas obrigações e auxiliando-o na obtenção de atividade laborativa” (BRASIL 1984). Contudo, ressalta-se que a busca por fortalecer a organização e mobilização da rede sócio assistencial e jurídica é um objetivo presente no cotidiano do Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos, considerando a vulnerabilidade da população atendida, a frágil articulação das diferenciadas instituições, a inexistência de defensoria pública no município, a urgência de enfrentamento ao ciclo de violação de direitos, violência, seletividade penal e, principalmente, da discriminação da pobreza que tem cor, gênero, origem e classe.

Para a contextualização do cenário em que se insere o presente Programa de Extensão, se faz necessário ainda que de forma breve, apresentar as características e perfil da comunidade que compõe o município de Matinhos. Segundo dados do último censo do IBGE, realizado em 2010, o número de habitantes consistia em 29.279, deste total cerca de 68% da população se autodeclararam brancas, 27,9% pardas e 2,9% pretas (IPARDES, 2023).

Os dados de amostra ainda apontam que a respeito da composição familiar por domicílio, 38,8% contém até duas pessoas, 32% até três pessoas e aproximadamente 23% com quatro ou mais pessoas (IPARDES, 2023). Cabe ressaltar, no entanto, que por se tratar de dados de uma amostragem estas porcentagens correspondem a um universo composto por 9.907 indivíduos.

Sobre os índices socioeconômicos em 2003 a porcentagem de incidência de pobreza no município chegava a 45,80%, ou seja, aquelas pessoas que se encontravam abaixo da linha de pobreza. Em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, que corresponde ao bem estar da população como a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

SEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

expectativa de vida, alfabetização, entre outros, ocupava o 48º lugar no ranking do Paraná, correspondendo a 0,743 (IBGE, 2023).

Em relação ao índice de GINI², medidor da desigualdade social que consiste em um número de 0 a 1, onde 0 corresponde a igualdade de renda e 1 a desigualdade, o município de Matinhos em 2018 correspondia a 0,48.

Em 2021 a população estimada era de 35.705 habitantes, destes, apenas 24,8% se encontravam ocupados no mercado de trabalho e cerca de 31,7% recebiam mensalmente até meio salário mínimo per capita (IBGE, 2023). Há um contraste entre as riquezas naturais do município, composto pela serra do mar e litoral, e sua condição socioeconômica, visto que boa parte das ocupações trabalhistas são norteadas pelo trabalho sazonal, ou seja, durante o período de alta temporada.

De acordo com PIERRI et al. (2006), a população litorânea vem crescendo nos últimos anos e este crescimento, nas áreas urbanas, significa diminuição da população nas áreas rurais.

Trata-se de um crescimento predominantemente urbano, de forma que a taxa de urbanização do litoral, como um todo, passou de 69%, em 1970, a 89%, em 2000, enquanto a estadual foi, nesta última data, de aproximadamente 81%, similar à do Brasil. Isso foi acompanhado de um decréscimo absoluto da população rural (PIERRI et al., 2006, p. 162).

O crescimento populacional nas áreas litorâneas, entretanto, não significa qualidade de vida e distribuição de riqueza, também não há emprego para todas as pessoas que necessitam trabalhar. Conforme indicado por Pierri et al. (2006, p. 164), “[...] grande parte da população permanente dos municípios balneários se encontra em situação de pobreza relativa, com níveis de escolaridade e de renda baixos, e que ocupa espaços ambientalmente inadequados”.

De outro lado, o adensamento urbano com o crescimento de construções sem estrutura segura e/ou sem respeitar os limites das praias e costas, causam danos e erosão. Com isso, casas e construções próximas às praias são destruídas quando ocorrem as ressacas do mar. Essas tragédias ambientais, o desemprego, o trabalho informal, a baixa escolaridade, assim como o processo de migração campo-cidade, são impactos socioeconômicos e ambientais que resultam em pobreza (PIERRI,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

SEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2003).

2.1 O Programa de Extensão no Conselho da Comunidade na Comarca de Matinhos

Frente à necessidade de desenvolver um trabalho estruturado e contínuo de acompanhamento da população residente em Matinhos em conflito com a justiça, em virtude de algum delito previsto na Lei de Execução Penal, estabeleceu-se uma parceria com a Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, que passou a desenvolver atividades extensionistas com a população acompanhada pelo Conselho da Comunidade de Matinhos. A equipe do projeto de extensão é composta por uma docente da graduação em Serviço Social, um docente do curso de Gestão e Empreendedorismo, 1 estudante de pós-graduação, 4 estudantes de Serviço Social e 2 estudantes de Direito. As atividades iniciaram no mês de março de 2018, quando a equipe de docentes e estudantes passaram a trabalhar em conjunto com a secretária do Conselho e com os voluntários, na intensificação das atividades desenvolvidas.

Há cinco anos o Conselho da Comunidade conta com a parceria da UFPR Setor Litoral que, através do Programa de Extensão, têm disponibilidade de carga horária de professores e estudantes, os quais iniciaram um processo de acompanhamento social das pessoas em cumprimento de pena em regime aberto. Diante disso, o presente Programa tem como principal objetivo a apresentação de uma proposta de capacitação técnica profissionalizante a um grupo de apenados e a continuidade do acompanhamento social a todas as pessoas encaminhadas ao Conselho pelo juiz da vara de execução penal, na perspectiva da construção de alternativas no processo de retomada da vida laboral, tendo como fundamento o incessante combate a reincidência e a construção de alternativas de ruptura do ciclo de pobreza, violência e criminalidade.

O acompanhamento social, sob a responsabilidade das bolsistas do Serviço Social, ocorre mediado por um instrumento de pesquisa construído no Software Limesurvey. A entrevista busca identificar demandas e possibilidades para as pessoas

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

SEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

em conflito com a lei, bem como seus familiares. Neste mesmo momento - da entrevista -, são identificadas as pessoas com o perfil e interesse para participar dos cursos profissionalizantes. Da mesma forma, as bolsistas do curso de Direito estão realizando a análise de todos os processos penais de pessoas oriundas do município de Matinhos-PR, nos quais houve decretação de prisão provisória, das pessoas em cumprimento de pena em liberdade que estão irregulares e das pessoas já sentenciadas do regime fechado.

Em relação à capacitação para o mercado de trabalho por meio de cursos de Elétrica em Instalações Prediais e Panificação, foram contratados dois cursos para um total de 50 participantes. Ao final dos cursos, obteve-se uma taxa de sucesso (quantidade de aprovados em relação aos matriculados) de 48%.

O curso de elétrica em instalações prediais teve duração de 240 horas, ministradas em 4 meses, a contratação visava a capacitação para 30 participantes, tendo sido efetuadas 29 matrículas; dessas 29 pessoas, três matriculados nunca compareceram ao curso, nove evadiram no primeiro mês e seis no mês seguinte. Ao final, conseguiu-se a aprovação e certificação de 11 participantes, equivalente a uma taxa de sucesso de 38%.

Segundo o Parecer Pedagógico do Senai-Paranaguá (2022), a alta evasão esteve relacionada à parte da modalidade contratada, que incluiu atividade não presencial no sistema AVA; ao cronograma estendido; ao conflito de horário com outra ocupação e à adaptação à área ofertada. Nesse último caso, refere-se ao conteúdo de matemática e física que são básicos no campo da eletricidade. Quando diagnosticada a evasão, a coordenação do projeto reuniu-se com a gerência do Senai-Paranaguá e, em conjunto, acordaram um plano de reforço pedagógico que, naquela ocasião, não surtiu efeito em virtude do não retorno dos alunos evadidos.

O curso de panificação com duração de 96 horas, a serem ministrados em cinco semanas, visava contemplar 20 participantes em duas turmas de 10 pessoas cada. A primeira turma ocorreu de 11/04/2022 a 17/05/2022; dos primeiros dez participantes, três evadiram e sete foram aprovados e capacitados. A segunda turma ocorreu de 17/10/2022 a 02/12/2022; dos dez matriculados, quatro evadiram e seis foram

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

SEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

aprovados e capacitados.

Em ambas as turmas do curso de Elétrica de Instalações Prediais houve evasão logo na entrada. Houve ainda aqueles que adoeceram; que conseguiram um trabalho noturno; que tiveram que assumir cuidados com familiares (crianças e idosos) e ainda aqueles que evadiram por acharem o curso muito difícil, principalmente os conteúdos de matemática, haja vista estarem muitos anos longe dos bancos escolares. Todas essas questões que compõem as motivações para o índice de evasão, reiteram a complexidade e premência do trabalho com essa população.

Construir alternativas de capacitação profissional para jovens e adultos, que não acessaram oportunidades anteriormente, requer estratégias pedagógicas, construção de diálogo e retaguarda institucional. As pessoas acompanhadas pelo Conselho da Comunidade carregam consigo o estigma do delito, como se esse rótulo as definisse por completo. Romper essa barreira e construir laços de responsabilização, engajamento e compromisso, demanda a tessitura de uma relação de respeito, de resgate da dignidade e de acreditar que os sujeitos podem construir suas histórias sobre outros patamares.

Todavia, um dos grandes empecilhos para que essa dinâmica se estabeleça é a lógica da imediatividade, a urgência da vida, a ausência de uma rotina diária de trabalho encetada pela informalidade, pela baixa escolaridade, por serem conhecidos como pessoas “suspeitas” e por muitas vezes também não acreditarem em si mesmas.

2.1.1 Atividades produtivas dos assistidos pelo Conselho da Comunidade no litoral paranaense

No que se refere à atividade produtiva, 63% dos capacitados nos cursos ofertados pelo Conselho da Comunidade estão desenvolvendo atividades produtivas, mas apenas 47% desses estão trabalhando na área de capacitação. Os demais estão trabalhando em outras atividades produtivas, aguardando a oportunidade de inserção no mercado de trabalho na área de capacitação, ou de conseguir recursos para abrir

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

60 ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

negócio próprio nas referidas áreas.

Chama a atenção o fato de que apenas 27% dos capacitados que estão efetivamente trabalhando o fazem de modo formal, com contratação em carteira; 60% desses estão em atividade produtiva informal, para o que solicitamos a assinatura de uma declaração que atestasse tal condição. A informalidade é estrutural nas condições do município, ocorrendo pela produção de panificados, vendidos de porta em porta e na orla da praia, no período de alta temporada. Como também, há a execução de serviços de elétrica predial ocasionais, conhecidos como “bicos”.

2.1.2 Pessoas privadas de liberdade acompanhadas pelo Conselho da Comunidade em Matinhos

Uma parcela da população vulnerável, devido às dificuldades enfrentadas na consecução de um nível de vida digna e mais confortável, é suscetível à inserção como força de trabalho da economia criminal, cometendo, em sua maioria, crimes contra o patrimônio e a comercialização de drogas (OLIVEIRA et al., 2019, p. 48).

Ao submeterem-se ao sistema judicial, recebem como pena o cumprimento de alguma medida cautelar, tais como prestação de serviço à comunidade; execução de pena em regime aberto e/ou ainda aguardam audiência de sentença em liberdade. Todos esses sujeitos apenados são acompanhados pelo Conselho da Comunidade, associação proponente do presente artigo. O restante do público alvo atendido gira em torno desta população, pois são seus familiares.

Parte da vulnerabilidade dessa população deriva de baixa escolaridade, a cor de pele parda ou preta, a transição da juventude para a idade madura sem perspectivas nítidas de emprego e renda, o que favorece um ambiente de direitos constitucionais não usufruídos, como exclusão escolar e precário sistema de saúde (OLIVEIRA et al., 2019, p. 41-48).

Desse modo, a riqueza natural e cultural que potencialmente poderia ser objeto de formas alternativas de geração de emprego, não consegue ser usufruída pelas populações de baixa renda mais vulneráveis, seja pela baixa escolaridade e

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

consequente redução do acesso à informação e ao conhecimento, ou pelo baixo rendimento que lhes impossibilita obter um mínimo de meios de produção para poderem sobreviver. É nesse contexto que se nutre a economia criminal para obtenção de força de trabalho.

3 CONCLUSÃO

O processo da execução penal é complexo e permeado de muita desconfiança, controle, “repunição”, seletividade e criminalização. O enfrentamento a este cenário, bem como desenvolvimento de ações que auxiliem na ressocialização desses indivíduos se faz de maneira desafiadora.

Em relação ao Conselho da Comunidade da comarca de Matinhos, muitas foram as dificuldades de contato e de estabelecimento de vínculos com as pessoas em cumprimento de pena. Dentre as principais dificuldades enfrentadas destacamos as limitadas instalações físicas do Conselho da Comunidade no município que, muitas vezes, limita o trabalho das discentes bolsistas e demais profissionais.

Outro ponto refere-se a fragilidade do sistema de informações penitenciárias do órgão que não conseguem gerar um relatório destacando informações básicas a respeito das pessoas privadas de liberdade, como por exemplo o local de moradia de seus familiares. Devido à ausência dessas informações, o levantamento de dados tem demandado o trabalho manual junto aos técnicos que atuam no Complexo Penitenciário e dada a limitada equipe técnica do local, precisa-se contar com a boa vontade dos mesmos, bem como disponibilidade de tempo destes.

Ainda, como já apontamos anteriormente, o Conselho da Comunidade é uma associação civil pública com representantes da sociedade civil em diferentes segmentos, deste modo, a diretoria do Conselho, bem como os membros do projeto extensionista da UFPR têm buscado ampliar a visibilidade das ações do Conselho da Comunidade, na perspectiva de ampliarmos cada dia mais a participação da população atendida, seus familiares e a comunidade em geral.

Sobre a participação e trabalho em conjunto com outros órgãos

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

governamentais, destacamos que a articulação no interior do poder judiciário tem se intensificado, com destaque para a Vara de Execução Penal, Ministério Público, Departamento Penitenciário e a Delegacia Cidadã de Matinhos.

A parceria com a Prefeitura Municipal também caracteriza-se como fundamental, considerando a necessidade de acesso às diferenciadas políticas públicas demandadas pelos sentenciados, como saúde, assistência social, trabalho e educação. Evidencia-se também o trabalho com a Secretaria de Defesa Social no atendimento às mulheres vítimas de violência, bem como os agressores. O Conselho da Comunidade trabalha intimamente articulado ao Conselho de Segurança Pública, sendo que ambos os conselhos estão inter-relacionados com as políticas de Segurança Pública e Execução Penal.

Diante de todo o exposto, apontamos que os estudos e análises das ações do Conselho da Comunidade de Matinhos junto às pessoas privadas de liberdade e/ou em cumprimento de pena não se esgotam aqui e, ao contrário, precisam de constante análise e avaliação, como é o caso da própria evasão nos cursos ofertados a esta população que não obtiveram o devido proveito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Brasília, DF: Presidência da República, [1984]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 29 de abr. de 2023.

BRASIL. Sistema do departamento penitenciário brasileiro. **Dados estatísticos do sistema Penitenciário**, 2023. Disponível em: [SISDEPEN — Secretaria Nacional de Políticas Penais \(www.gov.br\)](https://sisdepem.gov.br). Acesso em: 18 de mai. de 2023.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico Município de Matinhos**. 2023. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83260&btOk=ok>. Acesso em: 18 de mai. de 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Cartilha Conselhos da Comunidade**. 2 ed. - Brasília: Ministério da Justiça, 2008.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

OLIVEIRA, Adriana Lucinda et al. A tríade ensino, pesquisa e extensão: a partir da experiência do projeto de extensão Conselho da Comunidade em Ação. In ALVES, Alan Ripoll et al. (Org.). **Litoral do Paraná: território e perspectivas – desenvolvimento, políticas públicas e saúde**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

PIERRI, Naína et al. A Ocupação e o Uso do Solo no Litoral Paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.L.], v. 1, n. 13, p. 137-167, jan/jun. 2006. UFPR.

WPB. **World Female Imprisonment List**. ed. 5, 2022. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf. Acesso em: 18 de mai. de 2023

¹ Pessoas que independente de saídas no decorrer do dia, seja para o trabalho e/ou estudos, retornam e dormem na instituição prisional (SISDEPEN, 2023).

² O índice de Gini, chamado também de coeficiente de Gini, é um indicador que mensura a distribuição de renda em um território. Por meio dele, é possível determinar a desigualdade social e a concentração de renda em diferentes níveis territoriais, além de estabelecer comparativos entre eles.

PROMOÇÃO



APOIO

